

CONCEITO

- = Aferição da **validade** das normas face à Constituição
 - Verifica a **compatibilidade vertical** das normas com a Constituição
- Teoria da nulidade** → a lei inconstitucional é considerada **nula desde o início**. (*ex tunc*)
 - O **STF** pode **modular os efeitos** (por segurança jurídica ou interesse social)

PRESSUPOSTOS

- Constituição **escrita** e **rígida**
- Mecanismo de **fiscalização**
 - + Previsão de ≥ 1 órgão com competência para o controle

SISTEMAS DE CONTROLE

- Controle **judicial** → pelo poder judiciário
- Controle **político** → por um órgão político (ex.: conselho constitucional na França)
- Controle **misto** → algumas normas são controladas pelo poder judiciário e outras por um órgão político

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

MOMENTOS DE CONTROLE

PREVENTIVO

- = Fiscalização sobre a norma **em** fase de **elaboração**
- Tipos (no Brasil):
 - Político-preventivo:**
 - Pelo poder **legislativo**: comissões de Constituição e Justiça
 - Pelo poder **executivo**: veto presidencial (jurídico)
 - Judicial-preventivo:**
 - Pelo **STF**, através de **mandado de segurança** impetrado por **parlamentar** (da casa em que transita)
- Tipos:
 - Projeto de lei** que desrespeita o **processo legislativo** constitucional
 - PEC** que viola:
 - Cláusula pétrea
 - Processo legislativo constitucional

REPRESSIVO

- = Fiscalização sobre a norma **pronta**
- Tipos (no Brasil):
 - Político-repressivo:**
 - Poder **legislativo** pode sustar atos normativos do executivo que **exorbitem** o poder regulamentar ou a delegação legislativa
 - Rejeição de **MP** considerada **inconstitucional**
 - O Presidente da República pode **deixar de aplicar** uma lei que considere inconstitucional
 - Judicial-repressivo:**
 - Cabe aos **juízes** e **tribunais** do **poder judiciário**

INCONSTITUCIONALIDADE

= ESPÉCIES =

<p>POR AÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Desrespeito à Constituição Decorre de uma conduta positiva (ex.: edição de uma lei) 	<p>POR OMISSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Inércia do legislador frente a um dispositivo constitucional carente de regulamentação (norma de eficácia limitada)
<p>MATERIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> O conteúdo da lei desrespeita a Constituição Há excesso de poder legislativo <p>VÍCIO DE DECORO = vício na formação da vontade do parlamentar (ex.: abuso das prerrogativas ou percepção de vantagens indevidas)</p>	<p>FORMAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Desrespeito ao processo de elaboração da norma Tipos: <ol style="list-style-type: none"> Orgânica → inobservância da competência legislativa Propriamente dita → inobservância do processo legislativo Por violação dos pressupostos objetivos → inobservância de pressupostos essenciais (ex.: urgência e relevância para MP)
<p>TOTAL</p> <ul style="list-style-type: none"> A totalidade do ato normativo é inconstitucional. Em regra, inconstitucionalidade formal resulta em uma inconstitucionalidade total 	<p>PARCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Apenas parte do ato é considerada inconstitucional <ul style="list-style-type: none"> Fração de artigo, inciso, alínea, parágrafo ou palavra/expressão

INCONSTITUCIONALIDADE

inconstitucionalidade

= ESPÉCIES =



<p>DIRETA</p> <ul style="list-style-type: none"> Quando um ato normativo primário viola a constituição 	<p>INDIRETA (reflexa)</p> <ul style="list-style-type: none"> Quando um ato normativo secundário viola a constituição (o STF considera como mera ilegalidade)
<p>ORIGINÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> Quando a norma-parâmetro for anterior à impugnada 	<p>SUPERVENIENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> Quando a norma-parâmetro for posterior à impugnada Para o STF, não existe (é caso de não recepção)
<p>CIRCUNSTANCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Quando a norma, embora tenha um enunciado válido, é declarada inconstitucional quando confrontada com uma situação fática específica 	
<p>PROGRESSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> No HC 70.514, o STF decidiu que o prazo em dobro para recorrer no processo penal para a defensoria pública, até que ela esteja estruturada para atuar em igualdade de condições com o M.P. A lei está "em trânsito para a inconstitucionalidade", mas é "ainda constitucional" 	

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

MODELOS DE CONTROLE

CONTROLE DIFUSO

- Competência = todos os órgãos do judiciário
(multiplicidade de órgãos)
= Modelo **americano**

CONTROLE CONCENTRADO

- Competência = um único órgão jurisdicional
(ou um número limitado)
= Modelo **européu**

CONTROLE MISTO

- O judiciário atua de forma:
 - Difusa e
 - Concentrada
- Adotado no **Brasil**:
 - Controle **difuso** → qualquer juiz / tribunal
 - Controle **concentrado** → STF e TJs

VIAS DE CONTROLE

VIA INCIDENTAL (de defesa ou exceção)

- Aferição diante de um **caso concreto** em que uma das **partes requer** a declaração de inconstitucionalidade de uma lei (mas esse **não** é o objeto principal do pedido)
- Usada pelo controle **concreto**

VIA PRINCIPAL (abstrata ou de ação direta)

- A aferição da inconstitucionalidade é o **pedido principal** do autor
- Usada pelo controle **abstrato**

ASPECTOS GERAIS

- Realizado por qualquer **juiz** ou **tribunal**
- Pela via **incidental** (diante de um caso concreto)

Decisão
monocrática!

LIGITIMAÇÃO ATIVA

(no curso de qualquer ação)

- Qualquer das partes
- Terceiros intervenientes
- Ministério público
- Juiz ou tribunal (de ofício)

OBJETO

- Qualquer **lei** ou **ato normativo** (federal, estadual, distrital ou municipal)

PARÂMETRO

- Norma constitucional que estava **em vigor** no momento da **edição** do ato normativo questionado
- **Exemplo:**
Lei editada em **1979**, avaliada quanto à:
 - **Recepção/revogação** perante **CF/88**
 - **Constitucionalidade** perante **CF/69**

CONTROLE difuso

CONTROLE DIFUSO NOS TRIBUNAIS

- Deve obedecer à "**cláusula de reserva de plenário**" → Só pode declarar a inconstitucionalidade de lei/ato normativo pelo voto da **maioria absoluta** de seus **membros** ou do respectivo **órgão especial**

ÓRGÃO ESPECIAL:

- Em tribunais com > **25** julgadores
- **11 a 25** membros
 - Metade → antiguidade
 - Metade → eleição
- Atribuições { Administrativas
Jurisdicionais



IMPORTANTE!

Órgãos fracionários dos tribunais:

Podem → Reconhecer
constitucionalidade

Não podem → Declarar
inconstitucionalidade
(ou afastar a incidência da
norma)

Devem remeter ao plenário
ou órgão especial

- A cláusula de reserva de plenário **só se aplica** quando o tribunal se depara pela **primeira vez** com a controvérsia constitucional (se já foi decidido pelo plenário do **tribunal** ou do **STF**, **não** é necessário)
→ Sua decisão prevalece sobre a do tribunal

CONTROLE DIFUSO

EFEITOS DA DECISÃO

- Eficácia *inter partes*
- Tem efeitos *retroativos* (*ex tunc*)
 - STF pode modular efeitos (por 2/3 de seus membros)
- Não vincula { a administração
demais órgãos do
Judiciário
- A norma continua plenamente *válida*

ATUAÇÃO DO SENADO FEDERAL

- O Senado pode *suspender a execução* no todo ou em parte de *lei declarada inconstitucional* por *decisão* definitiva do STF em controle *difuso* de constitucionalidade
 - É um ato *discrecionário* e *político*
- Aplica-se a leis *federais, estaduais, municipais* ou *distritais*
- Tem efeitos *prospectivos* (*ex nunc*)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

- O STF também faz *controle difuso* em sede de recurso extraordinário
- Causas julgadas em única/última instância, quando a *decisão recorrida*:
 1. Contrariar dispositivo da *CF/88*
 2. Declarar a *inconstitucionalidade* de *tratado* ou *lei federal*
 3. Julgar válida *lei ou ato* de governo local contestado em face da *CF/88*
 4. Julgar válida *lei local* contestado em face de *lei federal*
 - (= conflito constitucional de competências)
 - São conflitos constitucionais


ASPECTOS GERAIS

- Criada pela **EC 45/2004**
- Aprovada pelo **STF**
- Vincula {
 - a administração
 - demais órgãos do judiciário
 { direta e indireta

NÃO VINCULA: CAI MUITO!

- O próprio STF
- O poder legislativo no exercício de sua função típica (de legislar)
- O poder executivo no exercício de sua função atípica de legislar

- Terá **validade** a partir da **publicação** na **imprensa oficial**

→ O STF pode **restringir** os **efeitos** ou iniciar sua eficácia a partir de **outro momento** (decisão de 2/3 dos membros)  **ATENÇÃO!**

PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS



1. Existência de **reiteradas decisões**
 - + Matéria constitucional (pelo STF)
2. Existência de controvérsia atual:
 - Órgão judiciário ✕ órgão judiciário
 - Órgão judiciário ✕ administração pública
3. Aprovação por **2/3 dos membros** do STF

SÚMULA VINCULANTE

LEGITIMADOS

(edição, revisão ou cancelamento de S.V.)

1. Presidente da República
2. **Governador** de estado/DF
3. Mesa do Senado Federal
4. Mesa da Câmara dos Deputados
5. Mesa de assembleia legislativa ou da CLDF
6. Procurador-geral da república
7. **Defensor público-geral da união**
8. Conselho **federal** da OAB
9. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional
10. Partido político com **representação** no **Congresso Nacional**
11. **Tribunais** superiores, TJs, TRFs, TRTs, TREs e tribunais militares

DESCUMPRIMENTO

- Caso haja {
 - Ato administrativo
 - Decisão judicial
 que

contrarie súmula vinculante, a parte prejudicada pode intentar **reclamação** diretamente ao STF

→ Se procedente, o STF:

- Anulará o ato administrativo
- Cassará a decisão judicial
 - + determinará que outra seja proferida

CONTROLE ABSTRATO



ASPECTOS GERAIS

- Examina a constitucionalidade da lei **em tese** (não há caso concreto)
- A constitucionalidade é arguida na **via principal**
- É efetuado de modo **concentrado**

AÇÕES

- **ADI**: ação direta de inconstitucionalidade
- **ADC**: ação declaratória de constitucionalidade
- **ADO**: ação direta de inconstitucionalidade por omissão
- **ADPF**: arguição de descumprimento de preceito fundamental

“DUPLO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE”

- Lei (estadual) questionada:
 - No **TJ** → frente à Constituição **Estadual**
 - No **STF** → frente à Constituição Federal
- Se ajuizadas **simultaneamente**:
suspende-se o processo no **TJ** até a deliberação do STF:
 - STF a considera **inconstitucional** → a ADI no TJ **perde o objeto**
 - STF a considera **constitucional** → o TJ pode **seguir seu julgamento**
- Se **não** simultaneamente:
 - **TJ** a considera **inconstitucional** → Será expurgada do ordenamento
 - **TJ** a considera **constitucional** → Pode ainda ser ajuizada ADI no STF
- Em regra, as decisões do **TJ** são **irrecorríveis**
 → Cabe **recursos extraordinário** para o STF se o **parâmetro** de constitucionalidade for norma de **reprodução obrigatória** pelos estados-membros

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADI =

PARÂMETROS DE CONTROLE

- Qualquer norma **constitucional** (ainda que só formalmente)
 Inclusive **normas implícitas** (ex.: princípio da proporcionalidade)
- + **Tratados internacionais** sem direitos humanos equivalentes a emendas constitucionais

NÃO PODEM SER PARÂMETRO:

- O preâmbulo
- Normas do ADCT com eficácia exaurida
- Normas de constituições pretéritas

COMPETÊNCIA

- Exclusiva do **STF**
 Julga a inconstitucionalidade de **lei** ou **ato normativo** { Federal Estadual } em face da **CF/88**

OBJETOS DE CONTROLE

PEGADINHA!

Municipal, não!

- Lei** ou **ato normativo** { Federal Estadual } editado após a promulgação da **CF/88**
- Lei** ou **ato normativo** do **Distrito Federal** editado no exercício de sua **competência estadual**

PODEM SER OBJETO DE ADI: DECORE!

- Emendas constitucionais
- Leis (complementares, ordinárias, delegadas)
- Medidas provisórias
- Decretos legislativos
- Resoluções do poder legislativo
- Decretos autônomos
- Tratados internacionais
- Regimentos internos de { Tribunais Casas legislativas }
- Constituições e leis estaduais

NÃO PODEM SER OBJETO DE ADI:

- Normas constitucionais originárias
- Leis ou atos normativos revogados ou de eficácia exaurida
- Direito pré-constitucional
- Súmulas e súmulas vinculantes
- Atos normativos secundários

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADI =



LEGITIMADOS ATIVOS (os mesmos da ADC)

UNIVERSAIS

→ Podem propor ADI sobre qualquer matéria

1. Presidente da República
2. Mesa do Senado Federal
3. Mesa da Câmara dos Deputados
4. Procurador-geral da república
5. Conselho **federal** da OAB
6. Partido político com **representação** no **Congresso Nacional**

ESPECIAIS

→ Só podem propor ADI quando houver pertinência temática

7. **Governador** de estado/DF
8. Mesa de assembleia legislativa ou da CLDF
9. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional

EFEITOS DA DECISÃO

- Efeitos retroativos (*ex tunc*), em regra é meramente declaratória

MODULAÇÃO CAI MUITO!

- Por **2/3 dos membros**, o STF pode:
 - Restringir os efeitos
 - Das efeitos prospectivos (*ex nunc*)
 - Fixar outro momento para o início de sua eficácia

- Eficácia **erga omnes**
 - por **2/3 dos membros**, o STF pode **restringir** o alcance
- Efeito **vinculante**
- Efeito **repristinatório** (a legislação anterior volta a ser aplicada)
 - o STF pode **evitar efeito repristinatório** indesejado se houver pedido do autor
- É **definitiva e irrecorrível** (ressalvados os **embargos declaratórios**)

NATUREZA DÚPLICE OU AMBIVALENTE

- A decisão de mérito em ADI tem **eficácia** quando o pedido for **concedido** ou **negado**

JULGADAS	LEI CONSIDERADA
Procedente	In constitucional
Im procedente	Constitucional

PROCESSO E JULGAMENTO

PETIÇÃO INICIAL

- Deve **indicar**:
 1. Dispositivo impugnado da norma
 2. Fundamento jurídico (= causa de pedir)
 3. Pedido (com suas especificações)
- O autor **não** pode **desistir** da ação
(é um processo objetivo)

PRINCÍPIO DO PEDIDO

- STF é **vinculando ao pedido**, mas **não à causa de pedir**
(= causa de pedir aberta)

INDEFERIMENTO LIMINAR

- Se a petição for: (pelo relator)
 - Inepta
 - Não fundamentada
 - Manifestamente improcedente

ADI ADMITIDA

- O relator **pedirá informações** do órgão/autoridade que a emanou
(prestadas em 30 dias)

IMPRESCRITIBILIDADE

- **Não** há prazo **prescricional** ou **decadencial**
→ É um processo objetivo
+ Visa defender a ordem jurídica

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADI =

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- **Não admitida**, em regra
(é um processo objetivo)

"AMICUS CURIAE"

- Participação **permitida**
(outros órgãos ou entidades parlamentares, partidos políticos)
→ Admitido **pelo relator** por despacho irrecorrível
(se negado, o A.C. pode apresentar **agravo interno**)
- Requisitos:
 - Relevância da matéria
 - Representatividade
 - Pertinência temática
- Visa **pluralizar o debate** constitucional
(admitida em todas as ações de controle abstrato: ADI, ADC, ADPF e difuso)
- **Não** pode apresentar **recursos**
- Colaborar mediante entrega de **documentos, pareceres, sustentação oral...**

PROCESSO E JULGAMENTO

ATUAÇÃO DO AGU

- Tem **manifestação obrigatória** na ADI
- Em regra, atua **em defesa da constitucionalidade** da norma
- ↳ Mas não é obrigado (STF)

ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória** na ADI
- Como **fiscal da Constituição**
- Deve opinar com **independência** (mesmo que tenha sido o autor da ação)

DELIBERAÇÃO

QUÓRUNS:

Presença: ≥ 8 ministros (2/3)
Votação: ≥ 6 ministros
 (maioria absoluta)

- ↳ enquanto não houver 6 votos em um ou outro sentido, **suspende-se** o julgamento até o comparecimento dos ministros faltantes

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADI =

MEDIDA CAUTELAR EM ADI

- Requisitos:
 - *Fumus boni juris*
 - *Periculum in mora*
- Devem ser **previamente ouvidos** os órgãos ou autoridades dos quais emanou a norma (salvo excepcional urgência)

EFEITOS DA CONCESSÃO

- São **prospectivos** (*ex nunc*)
 - ↳ Mas podem ser **retroativos** (*ex tunc*) se houver **manifestação** expressa nesse sentido
- Eficácia **geral** (*erga omnes*)
- Efeito **vinculante**
 - ↳ **Suspende** todos os processos que envolvam aplicação da norma impugnada
- Efeito **repristinatório**
 - ↳ Pode ser **afastado** se houver **pedido do autor** e manifestação expressa nesse sentido

EFEITOS DO INDEFERIMENTO

- **Não** importa o reconhecimento da constitucionalidade da norma
- **Não** produz efeito vinculante

OBJETOS DE CONTROLE

- Quando há **inércia do legislador** frente a um dispositivo constitucional carente de regulamentação (norma de eficácia limitada)
- Alcança também a **omissão da administração** pública em editar atos **administrativos** necessários à concretização de dispositivos constitucionais
- STF: a inércia nas **deliberações** das casas legislativas pode ser objeto de ADO, quando superarem um **prazo razoável**

- A inércia pode ser { total
parcial



- ≠ Mandado de injunção → No caso concreto (controle incidental)

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADO =

ATUAÇÃO DO AGU

- Não tem **manifestação obrigatória**!
O relator pode solicitar (AGU tem 15 dias)

ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória** na ADO (como fiscal da Constituição)

MEDIDA CAUTELAR

- Concedida por **maioria absoluta** (presentes pelo menos 8 ministros)
- Pode resultar em:
 - Suspensão da norma (caso de omissão parcial)
 - Suspensão de processo judiciais/administrativos
 - Outra providência

LEGITIMADOS ATIVOS

- = Os mesmos da **ADI** (mas a **própria autoridade** responsável pela omissão não ingressa com ADO contra si mesma!)

LEGITIMADOS PASSIVOS

- Órgãos ou autoridades **omissos**
A quem cabe a **iniciativa** da lei (se não a tiver apresentado)

EFEITOS DA DECISÃO

- O STF **não** pode editar a norma (separação dos poderes)
- Casos:
 - Omissão de um dos **poderes** → o STF dá ciência ao poder competente
 - Omissão de **órgão administrativo** → o STF notifica o órgão para adotar as providências necessárias em **30 dias** (ou outro prazo razoável)

ASPECTOS GERAIS

- Criada com a **EC 03/93**
- Para resolver uma **incerteza** acerca da legitimidade da lei
(dissenso entre juízes e tribunais)
Aumenta a segurança jurídica
- **Não** é possível **desistência**
- **Não** é admitida a participação de **terceiros** (salvo "*amicus curiae*")

LEGITIMADOS ATIVOS

- **EC 45/04** igualou o rol de legitimados da **ADC** com o da **ADI**

CUMULAÇÃO DE PEDIDOS

- É **possível** que haja **cumulação** de pedidos típicos de ADI e ADC em um mesmo pedido
para possibilitar uma maior **celeridade** e **eficiência**

OBJETOS DE CONTROLE

- Leis e atos normativos **federais**
(estaduais, municipais e distritais, não!)
- **Requisitos** → controvérsia **judicial** demonstrada na **petição inicial**

ATENÇÃO!
Diferente da ADI!

PEGADINHA!
Mera controvérsia doutrinária não é suficiente

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADC =

MEDIDA CAUTELAR

- Requisitos: $\left\{ \begin{array}{l} \cdot \text{Fumus boni juris} \\ \cdot \text{Periculum in mora} \end{array} \right.$
- Concedida por **maioria absoluta**

EFEITOS DA CONCESSÃO

- São **prospectivos** (*ex nunc*)
- Eficácia **geral** (*erga omnes*)
- Efeito **vinculante**
Suspende os processos que envolvam aplicação da norma impugnada

O **STF** tem **180 dias** para julgar a ação, sob pena de perder sua eficácia
(mas o STF não tem aplicado)

ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória**
ATENÇÃO! **Não** há participação do **AGU!**

EFEITOS DAS DECISÃO

- Eficácia **erga omnes**
- Efeito **vinculante**
- É **definida** e **irrecorrível**
(ressalvados os **embargos declaratórios**)
- Natureza **dúplice**:

JULGADA	LEI CONSIDERADA
Procedente	Constitucional
Improcedente	Inconstitucional

ASPECTOS GERAIS

- Instituído pela **CF/88** (originalmente)
→ Norma de eficácia limitada
- Introduziu **4 mudanças**:
 - pode **antecipar decisões** sobre questões constitucionais relevantes
 - soluciona **controvérsias** sobre o direito **pré-constitucional** (frente à CF/88)
 - fornece **diretriz** segura para legitimidade ou não de **atos** editados por entidades **municipais**
 - permite aferição de omissão inconstitucional e ação declaratória no âmbito **estadual** e **municipal**

OBJETO



- Surgiu para suprir uma **lacuna** do controle concentrado.
Para o STF poder apreciar:
 - Leis/atos normativos municipais
 - Atos administrativos
 - Direito pré-constitucional
 - Direito pós-constitucional já revogado ou de efeitos exauridos
 - Interpretações judiciais violadoras de preceito
- Abrange { **Atos normativos** e **Não-normativos**

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADPF =

LEGITIMADOS ATIVOS

- = Os mesmo da **ADI**

CARÁTER SUBSIDIÁRIO

- = **Não** é admitida ADPF quando houver qualquer **outro meio** para sanar a lesividade
→ No controle concentrado

A possibilidade de **recurso extraordinário** não exclui a admissibilidade de **ADPF**

PARÂMETROS DE CONTROLE

PRECEITOS FUNDAMENTAIS

→ O parâmetro é mais restrito

- = Normas consideradas **essenciais**
- STF já indicou:
 - Direitos e garantias individuais
 - Cláusulas pétreas
 - Direito à saúde e ao meio ambiente
 - Princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VII)

MODALIDADES DE ADPF

- Arguição **Autônoma**:
 - Visa reparar (repressiva) ou evitar (preventiva) lesão a preceito fundamental resultante de **ato do poder público**
- Arguição **Incidental**:
 - Cabível contra **ato normativo** primário ou secundário
 - Exige a demonstração de relevante controvérsia judicial

MEDIDA LIMINAR

- Deferida por **maioria absoluta**
 - Ou **pelo relator** *ad referendum*
 - No recesso
 - Extrema urgência ou perigo de lesão grave
- Na ADPF:
 - **Autônoma** → suspende o ato do poder público
 - **Incidental** → pode determinar que juízes e tribunais suspendam processos ou efeitos de decisões judiciais

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- Pode ser admitida, a **critério do relator**, a manifestação de outros órgãos ou entidades
 - é necessário **representatividade**

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADPF =

DECISÃO

QUÓRUNS:

Presença: ≥ 8 ministros (2/3)

Votação: ≥ 6 ministros (maioria absoluta)

- Eficácia **erga omnes**
- Efeito **vinculante**
- É **definitiva** e **irrecorrível**

Objeto = direito **pré-constitucional**:
A ADPF reconhecerá a **recepção** ou **revogação** da norma.

PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE

Pode ser conhecida como

ADI

ADPF

Pode ser conhecida como

Requisitos:

- **Dúvida razoável** sobre o caráter autônomo dos atos infralegais
- **Alteração superveniente** da norma constitucional usada como **parâmetro** de controle

- **São fungíveis** = uma pode ser substituída pela outra

MODULAÇÃO

Por **2/3 dos membros**, o STF pode:

- Restringir os efeitos
- Dar efeitos prospectivos (*ex nunc*)
- Fixar outro momento para o início de sua eficácia

controle de CONSTITUCIONALIDADE = ESTADOS E MUNICÍPIOS =

COMPETÊNCIA

- O **Tribunal de Justiça** (estadual) realiza o controle abstrato de **leis** ou **atos normativos estaduais** e **municipais**

PARÂMETRO DE CONTROLE

- Em face da **Constituição Estadual** (ou Lei Orgânica do DF)

TIPOS

- Normas de observância obrigatória
 - Normas da CF/88 que devem ser obrigatoriamente reproduzidas
- Normas de mera repetição
 - Normas da CF/88 que podem ou não ser reproduzidas
- Normas específicas da Constituição Estadual
 - Presentes exclusivamente na C.E.
- As leis orgânicas municipais **não** são parâmetros para controle! **IMPORTANTE!**

LEGITIMADOS ATIVOS

- A CF/88 **não** previu os legitimados, mas **proibiu** que fosse um **único órgão**
 ↪ Devem ser previsto na **Constituição Estadual**
- Para o STF: a Constituição Estadual pode **ampliar o rol** de legitimados (não se pronunciou sobre a restrição)
- A doutrina entende ser **possível restringir** o rol (desde que não a um único órgão)